



Trabalhadores (as) do sistema elétrico não são culpados pela crise no setor

Governo Dilma precisa investir nas empresas estatais, cobrar eficiência no setor privado e valorizar a categoria

As recentes declarações na mídia da presidenta Dilma sobre os constantes problemas no fornecimento de energia em várias regiões do país mostraram que para ela só existe um culpado: o (a) trabalhador (a) do setor elétrico. A Federação Nacional dos Urbanitários vem a público rebater essas afirmações e dizer que os (as) trabalhadores (as) do setor são profissionais altamente qualificados, com total capacidade de controlar, manter e expandir os serviços de energia. Essa qualificação se apresenta até mesmo no exterior onde são requisitados para participar de vários empreendimentos de grande porte.

Seria mais honesto por parte do Governo apontar para imprensa os problemas de gestão nas empresas privadas e estatais. No setor privado a terceirização sem limites deixa os (as) trabalhadores (as) sem condições ideais de trabalho. Os operadores vêm sendo reduzidos a números preocupantes, em muitos casos estações ficam sem o trabalhador especializado, o controle é feito a distância em outro Estado. Ou seja, um descaso total que se cristaliza no momento de uma pane que atinge diretamente à população.

As empresas estatais que passaram por um momento único de fortalecimento no Governo Lula, com investimentos e valorização dos seus trabalhadores, agora sofrem com a nomeação de pessoas sem capacidade gerencial nas empresas do Sistema Eletrobras, com a desqualificação do seu quadro funcional, com o sucateamento, a falta de diálogo na negociação do ACT da categoria, enfim, uma série de situações que o Governo Dilma prefere ignorar. E o pior, a situação tende a se agravar com a MP 579 que reduz drasticamente a capacidade de novos investimentos das empresas da Holding, demite trabalhadores (as), aumenta a terceirização e precariza ainda mais os serviços para a sociedade.

Nos anos 90, houve a imposição da agenda neoliberal no setor elétrico, com grande desorganização e enormes prejuízos às empresas estatais e à sociedade. Os (as) trabalhadores (as) não admitem que o Governo retroceda a esse período, o pleito é para que o Governo Dilma dê continuidade ao processo de fortalecimento das empresas de energia, patrimônio do povo brasileiro.

A FNU repudia a posição do Governo em culpar os (as) trabalhadores (as) pelos problemas enfrentados pelo setor energia, e convoca a sociedade e o governo para um debate amplo sobre o setor, discutindo temas como a MP 579, a falta de investimentos nas empresas públicas/ privadas e a valorização dos (as) trabalhadores(as) do setor. Somente dessa forma será possível apontar saídas verdadeiras e impedir que se aprofunde a crise em um setor que é vital para manutenção do crescimento econômico e social do país.

FNU VEM COBRANDO DA ANEEL UMA FISCALIZAÇÃO JUSTA PARA TODAS AS EMPRESAS

A Federação Nacional dos Urbanitários e o Coletivo Nacional dos Eletricitários acompanhou a ocorrência do desligamento na SUBESTAÇÃO da TAESA em Tocantins, ocorrida no último dia 25 de outubro que ocasionou um apagão em nove Estados do Brasil. O que preocupou a FNU foram às reações dos representantes do Governo e da ANEEL, quando no primeiro momento buscaram um bode expiatório estatal, ora insinuando que houve sabotagem devido a MP-579, ora dizendo que foi um raio, assim como, insinuando que houve falha humana na CHESF ou ELETRONORTE.

O que os agentes da ANEEL não disseram é que esse desligamento da TAESA demorou muito foi por não ter empregado da empresa no local, e que esta situação pode ocorrer novamente se não forem tomadas providências, esperava-se uma punição severa contra a empresa Privada TAESA, semelhante as que já foram aplicadas quando houve ocorrências desse porte nas empresas estatais.

A FNU vem cobrando providências da ANEEL, do ONS, do Ministério de Minas e Energia e que principalmente a Agência cumpra o que determina a Legislação, seja para empresa estatal ou empresa Privada, que fiscalize e redistribua seu pessoal para cumprir seu papel de direito. Não aceitamos o fato de uma empresa que tem um papel estratégico no setor não possa ter mais 80% dos seus quadros lotados na regulação e menos de 20% na fiscalização, por que será dessa preferência? Será que é devido à regulação ficar em Brasília e a fiscalização ter que ficar nos estados? Esse é o momento de repensar o modelo de agência que o país precisa.